



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DO ENTRONCAMENTO  
REALIZADA EM 13-JUNHO-2025**

**ATA N.º 23**

----- Aos **treze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco**, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luis Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelas senhoras Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Lúcia Dias Abelha, primeira e segunda-secretárias respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----  
Mário André Balsa Gonçalves, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Pedro Miguel Calado Gomes e Ana Cristina Jesus Almeida Coelho. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----  
Maria Paula Barral Carloto de Castro, Maria João Gil dos Santos Grácio, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, Susana Paula Matos Vieira da Cruz, Carlos Manuel Dores Alves, Vitor Manuel Gonzalez e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

----- **Em representação Independente**, o senhor: -----  
Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----  
Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, o senhor: -----  
Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, o senhor: -----  
Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----  
Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, e em substituição deste**, o senhor: -----  
--Manuel António Simões Martins. -----

----- **O Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor Rui Cardoso Maurício, não se fez substituir. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, a senhora Presidente Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim a Vice-Presidente Tília dos Santos Nunes, e os Vereadores, senhores, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Rui Pedro Dias Gonçalves e Luis José da Silva Forinho. -----

---

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte horas e três minutos, começando por informar que a Senhora Vereadora Anabela Carvalho e o Senhor Vereador José Leote, comunicaram o seu impedimento para estarem presentes nesta Sessão, passando de seguida a palavra à Primeira Secretária, deputada Maria Fernanda Alves, para efetuar a chamada dos elementos que se encontram notificados para substituir os deputados que comunicaram ausência por período inferior a trinta dias e pediram a sua substituição. -----

----- **Carlos Manuel Dores Alves**, substituiu o deputado Dominique Gaspar Ventura, do Partido Social Democrata. -----

----- **Vitor Manuel Gonzalez Segura**, substituiu o deputado Telmo Alexandre Guerra Menino, do Partido Social Democrata. -----

----- **Maria João Gil dos Santos Grácio**, substituiu o deputado Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira, do Partido Social Democrata. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Senhor Ezequiel Soares Estrada, fez-se substituir pelo Tesoureiro do Executivo daquela entidade, **Senhor Manuel António Simões Martins**. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, fez uso da palavra: Quero cumprimentar todos os que aqui estão presentes, bem como todos/as aqueles/as que nos assistem a partir de casa. -----

----- Solicitar a todos que sejam objetivos nas nossas observações /comunicações, de forma a melhor controlo do tempo. -----

----- Informar também que, para a intervenção do público, já temos uma inscrição e, se mais alguém quiser intervir, é só dirigir-se às senhoras que apoiam e acompanham estes serviços da Assembleia Municipal, para preencherem o respetivo documento de inscrição. -----

----- Informar também que foi enviado um pedido à Assembleia Municipal, por e-mail, do qual dei conhecimento a todos. -----

----- Recordo também que, de acordo com o Regimento, todas as deliberações são aprovadas em minuta. -----

----- De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a ata número vinte dois, relativa à sessão ordinária de vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, à discussão e posterior votação, informando que, a Ata será votada por todos os presentes nas referidas sessões, pelo que nem todos os que aqui estão irão votar. -----

**ACTA NÚMERO VINTE E DOIS:** -----

----- Ninguém querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Ata número vinte e dois à votação. -----

**VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO VINTE E DOIS:** -----

----- A Ata número vinte e dois, relativa à Sessão Ordinária de vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes na referida sessão, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** informou também que, todo o expediente relevante é habitualmente reencaminhado aos senhores deputados. -----

----- Ainda no uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** referiu que, relativamente ao período de antes da ordem do dia, não deu entrada nenhuma moção, nenhuma recomendação, ou outro qualquer documento pelo que irá passar aos assuntos não incluídos na ordem do dia. -----

---

----- Entrou-se de seguida, no período de antes da ordem do dia. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Monteiro**: Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal e cumprimento todos os autarcas presentes, público presente, funcionários da autarquia e público que nos segue on-line. -----

----- Gostaria de falar de dois assuntos: -----

----- Senhora Presidente, o prazo para a finalização da Esquadra da PSP terminou ontem. E parece que passou para o dia vinte deste mês. A minha pergunta é: A Câmara irá autuar o construtor civil responsável pela obra, por não cumprir prazos? -----

----- Senhora Presidente, as bicicletas postas à disposição dos munícipes estão a ser vandalizadas. Para quando a punição dos infratores? -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Pedro Gonçalves**: senhor excelentíssimo Presidente da Assembleia, senhores excelentíssimos Vereadores, senhora Presidente, todos os deputados aqui presentes, muito boa noite. Muito boa noite ao público. -----

----- Hoje quis estar aqui presente para dizer a todos que, hoje, encerra-se um ciclo do Pedro Gonçalves na política local do Entroncamento. -----

----- Quero aproveitar este espaço para agradecer a todos pelas melhorias que se tentaram fazer no Entroncamento durante estes quase onze anos em que eu tomei posse e que tem sido uma presença constante, tanto nas partes boas, como nas partes melhores que se tem conseguido. -----

----- O Entroncamento foi a cidade que me viu crescer, foi a cidade que me tornou a pessoa que sou e eu acredito que, nestes quase onze anos, devolvi ao Entroncamento o meu melhor e tudo o que o Entroncamento me deu. Acredito também que as pedras que havia, foram retiradas e várias sementes foram lançadas. -----

----- Cumpre-me dizer que sinto que tenho o dever cumprido, que tudo o que fiz, não o faria de outra maneira. Não me arrependo de nenhuma decisão. -----

----- Só vos quero agradecer e dizer que o futuro está garantido, porque, homens e mulheres que estão aqui nesta sala, estão preparados para continuar a lutar pelo Entroncamento. E, todos aqueles que ainda não estão aqui, mas que estarão, acredito que lutarão pelo Entroncamento e não se deixarão levar por aproveitamentos, mas saberão escolher as pessoas, aquelas pessoas que realmente são do Entroncamento, preocupam-se com o Entroncamento e que estão aqui “*desabenegadas*” para fazer o melhor pelo Entroncamento. -----

----- Cabe-me dizer viva o Entroncamento. Obrigado a todos e, alguma coisa que precisem, estarei por cá. Muito obrigado. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Nuno Horta**: Boa noite senhor Presidente, senhores Deputados e a quem nos vê aqui e em casa. -----

----- Só deixar nota que esta reunião de hoje foi agendada para uma hora mais cedo do que aquilo que é comum. Nós entendemos a razão pela qual essa alteração foi feita, no entanto, penso que não seria descabido o senhor Presidente ter ligado, pelo menos às pessoas que estão na Permanente, a falar no assunto, antes de ter feito essa alteração e não de forma unilateral, como a fez. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Eu assim que me apercebi, comuniquei aos senhores da Comissão Permanente. Mas não podia adiar mais a publicação do edital, senão, não podíamos fazer a reunião hoje. Certo? Mas agradeço o seu comentário também. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, para que esta pudesse responder às intervenções. -----

----- Usou da palavra a **Senhora Presidente da Câmara**: Boa tarde a todos. -----

---

----- Em relação ao prazo de execução da obra da nova Esquadra da Polícia de Segurança Pública, a informação que temos é que o prazo irá ser cumprido, mas há que ter em conta que este prazo foi alvo de uma prorrogação, na medida em que, o Ministério da Administração Interna e a PSP, que são as entidades que desde o primeiro momento definiram, acompanham e avaliam os trabalhos que estão a ser executados, pediram alterações ao projeto. Alterações essas que implicam a celebração de contratos de trabalhos complementares e, considerando que o contrato mãe, o contrato inicial, pelo seu valor, foi alvo de visto prévio do Tribunal de Contas, qualquer contrato de trabalhos complementares que seja celebrado, seja necessário celebrar posteriormente, nem que tenha, por exemplo, um valor de um euro, tem, também ele, de ser submetido a visto prévio do Tribunal de Contas. Isto obriga a que se desenvolvam todas as diligências necessárias à preparação desses documentos, adenda, minuta, que já veio a aprovar à reunião de Câmara, que se submeta a visto prévio do Tribunal de Contas e se aguarde por esse visto. O que implica uma prorrogação de um prazo, de acordo com a avaliação feita pelo empreiteiro, de mais trinta e cinco dias de obra. Portanto, os trabalhos não podem ser iniciados sem o visto prévio e, como tal, temos este atraso na execução da obra. ---

----- A obra, durante a sua execução, foi sofrendo sucessivamente atrasos. O empreiteiro foi tentando recuperar esse prazo, estava em recuperação. Aliás, foi avaliado e discutido com os vereadores da Câmara a possibilidade, as vantagens de aplicar uma multa pelo não cumprimento dos prazos; foi colocada a questão também ao empreiteiro, porque as multas são de valor elevado e ele comprometeu-se a recuperar os prazos e estava a conseguir. -----

----- Eu tive uma reunião telefónica com ele esta semana e, quando homologuei o décimo nono auto de trabalhos efetuados, ele garantiu-me que os prazos iriam ser cumpridos, que a obra iria ser entregue e só não iria cumprir o prazo inicialmente previsto pelos trabalhos complementares necessários. É tudo o que posso dizer sobre o assunto. -----

----- Em relação às bicicletas, nós estamos a tentar e está em curso um plano de reparação das mesmas. Não são só as bicicletas que numa cidade são vandalizadas, como sabem. São vandalizados bancos de jardim, são vandalizados recipientes de deposição de resíduos, são vandalizados passeios... enfim, há pessoas com imaginação e vontade de causar danos seja no que for. Obviamente que não tenho nenhuma medida, em concreto, que possa dizer que vai acabar com o vandalismo junto dos equipamentos públicos. Sejam as bicicletas, sejam outros que são alvo dessas ações que, eu diria, de índole medíocre (para não dizer outra coisa pior). --

----- O que fazemos, é não desistir. Nós temos as bicicletas em reparação nas nossas oficinas, vamos repondo. Conscientes de que as pessoas, com o tempo, habituar-se-ão a usar devidamente. Se não se habituarem, estamos sempre a tempo de as retirar. -----

----- É o que eu lhe posso dizer. Isso é uma decisão que caberá, mais tarde, a quem tiver que decidir. Mas também nunca retirámos os bancos de jardim, nunca retirámos papeleiras, nunca retirámos outros equipamentos que, sucessivamente, são alvo de ações que visam a sua deterioração e que os mantemos numa atitude de não nos deixarmos vencer por pessoas que não merecem aquilo que é colocado à disposição delas. Porque aí, eu entendo que estaríamos a declarar-nos derrotados perante comportamentos altamente condenáveis e medíocres. Penso que isso não podemos fazer. -----

----- Voltou ao uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Prosseguindo aqui o nosso plano de ordem de trabalhos, passamos à intervenção do público, havendo para o efeito uma inscrição. -----

#### ----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Interveio o munícipe **Sr. Albertino Conceição Rosa Luís** referindo ser morador na Rua Professor José Francisco Corujo e pretender efetuar algumas exposições/questões. -----

---

----- Falou sobre a passadeira de peões que fica na junção da Rua Eugénio de Andrade com a Rua Professor José Francisco Corujo, referindo que os condutores dos veículos não respeitam a sinalização vertical, ignorando a passadeira e questiona a Senhora Presidente da Câmara para quando uma passadeira elevada para maior segurança da população. -----

----- Refere também que, na Rua Professor José Francisco Corujo, existe uma árvore morta há cerca de doze anos, para a qual já tinha sido feito um pedido por escrito à Câmara Municipal, bem como falado verbalmente e que, no dia trinta e um de maio, a árvore caiu, sendo que, no dia seguinte, os funcionários da Câmara foram cortá-la em toros. Questiona a Senhora Presidente da Câmara para quando a colocação na zona de uma nova árvore. -----

----- O município referiu também alguns episódios menos agradáveis porque tem passado, tal como os restantes moradores do prédio, devido a um banco de lazer que se encontra no passeio, ao lado do prédio n.º 36 da Rua Professor José Francisco Corujo. Referiu que, em tempos, já foi enviado um processo à Câmara com a descrição dos constrangimentos de quem mora no prédio n.º 36, tendo sido apresentada uma alternativa ao mesmo, com melhor enquadramento com as árvores lá existentes e com sombra todo o dia. Referiu que a Câmara mandou lá um engenheiro para fazer um estudo técnico, que desse estudo resultou um relatório a aceitar a mudança definitiva do banco, dando ao passeio maior mobilidade e segurança aos munícipes e a quem visita a zona. -----

----- Referiu ainda o município senhor Albertino Luís que, passados alguns tempos, os moradores foram surpreendidos com a chegada de um ou dois funcionários da Câmara, acompanhados pelo Senhor Doutor da Finança da Câmara Municipal do Entroncamento, que carregaram o banco e às ordens do pai que mora em frente, determinou o local onde colocar o banco, contrariando o relatório anterior dos técnicos. Referiu ainda que este doutor da finança cometeu uma infração grave, como abuso de poder, ao fazer uso dos seus poderes para um fim diferente daquele para o qual a Lei concerne, talvez à revelia da Câmara e para ceder ao “*caprichinho do paizinho*” contra tudo e contra todos os constrangimentos que acarreta aos moradores, como péssima conduta dos utilizadores do banco, má educação, provocação e linguagem imprópria, sendo os moradores insultados quando chamam à atenção os referidos utilizadores do banco, que impedem a passagem das pessoas pelo passeio, obrigando-as a irem para a via pública sujeitos a acidentes. -----

----- Referiu ainda que, com esta alteração do local do banco, acabou-se a paz e o bem-estar dos condóminos do prédio 36, onde setenta por centos trabalham de noite e precisam do descanso ao longo do dia. -----

----- Solicita assim à Senhora Presidente, que se digne mandar retirar definitivamente o banco ilegal ali colocado, conforme relatório técnico, de forma a restituir aos munícipes a segurança, a mobilidade, a paz, o sossego e bem-estar dos condóminos do referido prédio. -----

----- Durante a intervenção do município, compareceu a Senhora Deputada Paula Carloto. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, antes de dar a palavra à senhora Presidente da Câmara, de forma a prestar esclarecimento, perguntou ao município se este sabia o nome do técnico a que se tinha referido, tendo o município senhor Albertino Luís, referido ser o Dr. Hugo Gonçalves da Finança. -----

----- Durante a intervenção do município, compareceu a Senhora Deputada Paula Carloto. -----

----- Esclareceu a **Senhora Presidente da Câmara**: Este senhor esteve no meu atendimento há alguns dias, com outro vizinho, onde colocou a questão da árvore que estava caída e que de imediato foi retirada. Tinha sido alvo de algum esquecimento, que pode acontecer, mas foi retirada de imediato. -----

----- Em relação ao banco, eu diria que este banco está amaldiçoado, porque, há vários anos que o banco é alvo de discórdia. Se bem me recordo, este banco já deve estar no segundo ou terceiro lugar instalado. Primeiro, porque estava debaixo de uma janela, depois porque não o queriam na praça, depois foi para outro sítio. Há sempre alguém que vem reclamar do

---

banco. É um banco que, enfim, merece a atenção dos moradores. Só que as pessoas que reclamam, de facto, não são a maioria dos moradores. -----

----- Eu já pedi aos Serviços para avaliarem. Nesta altura do ano há muito trabalho e não houve ainda oportunidade de fechar essa avaliação. Se se chegar à conclusão de que a maioria das pessoas, que possam ser aquelas pessoas a quem se destina a utilização do banco, não quer o banco, retira-se o banco e não há questão. -----

----- O que eu não acho bem, e vai-me desculpar também a minha manifestação de discórdia, é que o senhor diga, com essa convicção, que foi determinado técnico superior, que não tem nada a ver com os jardins, que determinou a instalação do banco naquele lugar. Porque eu posso dizer que fui eu, há algum tempo atrás. O senhor não tem prova de que o Dr. Hugo Gonçalves, e o senhor disse o nome dele, emitiu qualquer ordem para instalar o banco naquele local. Ele até lá pode ter passado, mas quem deu a ordem para o banco ser colocado naquele local, fui eu. Portanto, o que o senhor disse não é correto, porque não é verdade. -----

----- O facto de uma pessoa, de um munícipe, seja funcionário da Câmara ou de outro local qualquer, passar num determinado sítio onde se está a fazer um determinado trabalho, não significa que esteja ali a dar ordens. Concorde comigo. São acusações um bocadinho complicadas. Porque acusar uma pessoa de fazer trabalhos de natureza pública fora das suas competências, é muito grave. Penso que o senhor não estará consciente da gravidade da acusação que fez e, como tal, tem essa ideia. Tem o direito de estar enganado, a não ter manifestado bem o seu conhecimento, mas, quem deu a ordem fui eu, há muito tempo atrás. Tanto que eu tenho conhecimento, porque passou por mim nessa altura, a decisão de ir mudando o banco. -----

----- Se está mal, tira-se! Não tem problema. Só que essa avaliação ainda não está fechada, porque os Serviços estão com muito trabalho nesta altura. -----

----- Portanto, é tudo o que tenho para lhe dizer. Agradeço a sua intervenção, agradeço ter vindo chamar a atenção dos senhores deputados desta questão. -----

----- Em relação ainda às passadeiras, também está em avaliação. Neste momento não é possível despachar mais rápido. A seu tempo será. E, se causa transtorno, peço desculpa. -----

----- Não havendo mais ninguém no público que pretendesse intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou de imediato aos pontos da Ordem do Dia. -----

#### ORDEM DOS TRABALHOS

##### PONTO NÚMERO UM

“**APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**, ao abrigo do disposto na al.<sup>a</sup> c) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Ninguém querendo intervir, foi dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara**, tendo esta declarado que: Se não há dúvidas, se não há questões, eu, como é norma e tem sido norma neste ponto, faço fé que os senhores deputados leram, compreenderam e perceberam. Penso que não haverá necessidade de estar aqui a repetir ou a maçar as pessoas com elementos que não carecem deles. Portanto, também nada tenho a dizer. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, entrou de seguida no ponto dois da ordem de trabalhos. -----

##### PONTO NÚMERO DOIS

“**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS HABITAÇÕES EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**, de acordo com a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro” -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Esta proposta foi aprovada por maioria na reunião de Câmara no passado dia 3 de junho. -----

---

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Nuno Horta**: A votação não Câmara não foi por maioria. Mas vou fazer a minha intervenção: -----

----- Nos critérios de atribuição da habitação social, nomeadamente no número dois do artigo sexto, refere que «...os critérios de hierarquização e ponderação serão definidos pela Câmara Municipal aquando do início do procedimento». Este aspeto pode levar em consideração as propostas que a vereação do PSD já anteriormente apresentou, através da matriz com os critérios de hierarquização, ou pelo menos que fossem discutidos. Essa matriz, no entanto, não se encontra no corpo do regulamento, agora em análise. Mas se a matriz em causa tiver de ser sempre definida aquando do início do procedimento, não vemos aí qualquer problema. É uma oportunidade para ajudar os critérios e melhorar todo um novo procedimento, se necessário. -----

----- No artigo décimo quarto, sobre a classificação dos candidatos, refere, no seu número dois que, em caso de existirem candidatos com a mesma pontuação, serão aplicados critérios de desempate, sucessivamente, pela seguinte ordem de priorização: «... maior número de elementos menores que integram famílias monoparentais. Maior número de elementos de agregado familiar, portadores de deficiência ...» Na nossa opinião, todos estes critérios de desempate, deverão ser definidos juntamente com os critérios de classificação, que serão estabelecidos no início do procedimento, pois fazem, intrinsecamente, parte desse sistema de hierarquização e ponderação da classificação. Não faz sentido estarem definidos critérios de desempate, quando ainda não se conhecem os critérios da classificação, ou seja, a devida matriz. -----

----- Também não se percebe por quem e como se faz a fiscalização para se verificar se o regulamento está a ser cumprido, nomeadamente, as condições de utilização e manutenção da habitação. -----

----- Também não se percebe quem e como se faz a fiscalização para verificar se o regulamento está a ser cumprido, no que diz respeito à composição do agregado familiar indicado no momento da candidatura à habitação. -----

----- Não se verificam assim se estão cumpridos todos os pressupostos constantes do artigo vinte e sete, que definem as obrigações dos arrendatários das habitações. -----

----- Ou seja, o que nós consideramos é que, ou a matriz vem neste regulamento juntamente com os critérios de desempate, ou se retiram daqui os critérios de desempate e se juntam à matriz aquando do procedimento. -----

----- E por isso, de acordo com estes considerandos, o que nós pedimos é que este regulamento volte ao Executivo da Câmara, para estes pontos serem discutidos. Preferencialmente, retirando daqui os critérios de desempate. Mas também não nos opomos que seja a adição da tabela matriz de pontuação. -----

----- Por isso, nós vamos votar contra a aprovação deste regulamento. -----

----- Durante a intervenção do deputado Nuno Horta, compareceu o Senhor Deputado Fernando Farinha. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Só para esclarecer que, realmente o presente ponto foi aprovado por maioria na reunião de Câmara, mas com o voto de qualidade da Senhora Presidente da Câmara. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Pedro Gonçalves**: Na nota justificativa, no ponto quatro, diz «... reforçar mecanismos de fiscalização para evitar subarrendamento, ocupações irregulares e outras práticas indevidas». No seis, diz: «... adaptar as regras de arrendamento a novas políticas habitacionais...» e, fiscalização aparece aqui, neste ponto. E onde aparece mais? Como é que nós vamos fazer um regulamento que, na nota justificativa do que temos de mudar, dizemos, vamos melhorar e vamos ampliar (pelo menos é isso que eu entendo quando leio isto) a fiscalização. -----

----- Quem fiscaliza? Ponto número um; -----

---

----- Que critérios vai fiscalizar? Como vai fiscalizar? Quantas vezes vai poder entrar? -----

----- Há uma falta de noção, que nós hoje vivemos tempos conturbados na política, por haver falta de fiscalização. Todos nós temos abusos, todos nós conhecemos e sabemos por interposta pessoa, que A, B, C, abusou. Na nossa Câmara, neste momento, nem fiscais temos!

----- Eu não vejo aqui uma melhoria de uma das notas justificativas da adaptação deste novo regulamento. Para além dos critérios, que também o meu colega Nuno falou, os critérios de desempate, mas, mais do que isso, e volto a frisar, nós vivemos tempos conturbados na sociedade portuguesa, por inércia de muitos dos políticos, e por inércia de muitos destes regulamentos. -----

----- O CDS vai votar contra este regulamento, ou, peço à excelentíssima senhora Presidente da Câmara que retire o ponto. Quem sabe esperar para que o novo executivo, porque vai haver um novo executivo nesta Câmara, seja ele de que cor seja, vai haver. É algo que nós sabemos, porque a senhora Presidente da Câmara, até agora, disse que não se iria candidatar. Por isso, senhora excelentíssima Presidente, seria mais interessante, se calhar, retirar o ponto, adiar o ponto para o próximo executivo, para o próximo mandato e, aí sim, ter-se um bom regulamento que assente na base da fiscalização e na igualdade para todas as pessoas. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Antunes**: Antes de mais, cumprimentar o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os autarcas aqui presentes e também os funcionários que nos apoiam aqui nesta transmissão, tão importante para os nossos munícipes, e todos os munícipes e não munícipes que nos acompanham lá em casa. -----

----- Eu não estava para fazer nenhuma intervenção, mas gostaria de dar uma nota. É que os critérios preferenciais decorrem da Lei e eu posso ler o artigo décimo primeiro, mas se calhar escuso-me a isso. Foi exatamente aquilo que o senhor deputado elencou, pela ordem que elencou. E diz que, entretanto, em relação à ponderação, ela é definida, efetivamente, pela Câmara. Portanto, se os critérios estão definidos pela Lei, não vale a pena estarmos a defini-los na matriz. Porque eles já lá estão todos. Integralmente aqueles que referiu. -----

----- No que concerne à fiscalização, eu acho que essa é uma sensibilidade que todos nós vamos tendo e que, inclusivamente, e folgo em ver, é a questão de a Câmara poder pedir, anualmente, que é uma menção importante (não fala em fiscalização, se fizer localizar no documento, não vai encontrar, mas é pedir), e essa é a melhor forma de fiscalização. Pedir anualmente informação sobre as declarações de rendimentos e composição do agregado familiar. -----

----- Portanto, se quiser criar um entrave para puxar isto para o próximo mandato, ou para a próxima reunião da Assembleia Municipal, isto voltar à Câmara para que, eventualmente chumbe como uma pequena vendeta, tendo em conta que o vereador anteriormente eleito pelo Chega e agora independente, não estava, tudo bem. Agora, os argumentos que foram aduzidos acho que estão aqui completamente esclarecidos. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Nuno Horta**: Senhor Deputado Ricardo Antunes, nós não queremos que chumbe. Nós o que queremos, é que seja melhorado. É só isso. Nós queremos que chumbe hoje, para voltar para trás, para ser melhorado e ficar feito como deve de ser. É só isso. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Pedro Gonçalves**: Só para esclarecer. Para que seja percebido e para que as pessoas que estejam em casa e não conhecem o documento, percebam. -----

----- Não existe um ponto, uma norma, que diga fiscalização. -----

----- Ok, diz para entregar, uma vez por ano, o atestado. Senhor Deputado, todos nós sabemos que vale o que vale. Uma fiscalização, chama-se fiscalização por uma razão, é fiscalizar se está a ser cumprido. Quando? Quando a Câmara bem entender. -----

----- De ano a ano, quando a pessoa quiser entregar um documento que, nas finanças, infelizmente, fazem o que ele quiser e entrega o que ele quer. A Câmara tem a possibilidade,

---

porque existem centenas de outros regulamentos, um ponto que se chama fiscalização. Fiscalização preventiva e ativa da utilização da propriedade do Município. -----

----- Era só isso que devia aqui estar. Por isso é que eu digo: volta à Câmara, pode ir já à próxima reunião de Câmara, se assim o entenderem, volte-se a publicar. Por isso mesmo é que eu digo que, se calhar, é melhor mandar para o próximo mandato. Porque os tempos urgem que este regulamento que está aqui, seja um bom regulamento, para evitar atropelos e para evitar que a demagogia cresça na nossa Cidade. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara que esclareceu: -----

----- Em relação aos aspetos aqui focados, nós podemos estar aqui a noite toda a discutir. Todos temos razão e ninguém diz tudo, ou ninguém terá razão. Porque, obviamente, há sempre uma diferença de pensamento e de organização de um documento e, cada qual terá o seu e tenho sempre direito de criticar a opinião de quem estiver ao meu lado. -----

----- Quanto à questão da fiscalização, a Câmara tem fiscais, senhor deputado. Ainda no final de maio acabámos de dar formação a uma fiscal que está a exercer as suas funções. -----

----- Não é verdade que não haja fiscais. -----

----- A fiscalização decorre das obrigações dos fiscais municipais e dos serviços que gerem esta matéria. Não é, a partir do momento em que eu tenha no regulamento definidos os comportamentos que devem ser praticados, que as pessoas devem ter nos locais que lhes são entregues, que tenha definido os comportamentos que não são permitidos, tenha definido o que é possível fazer e o que não é possível fazer, e nenhum dos senhores disse, em momento algum, que isso não está definido neste regulamento. A partir do momento que tenha esse quadro de conduta, positiva e negativa, do que é permitido e do que é proibido, definido no regulamento, tenho a matéria de atuação da fiscalização municipal bem definida. -----

----- Aquilo que devem fazer, é fazer cumprir o regulamento. A periodicidade em que atuam, as vezes que vão ver, se vão sozinhos se vão com outros técnicos de outras áreas, são questões de operacionalização de cada serviço, que ficam à responsabilidade do Executivo Municipal e dos responsáveis hierárquicos, que não tem que estar no regulamento. Senão, quando eu quiser dizer a um serviço, fiscalizem isto mensalmente e no regulamento tenho que é trimestral, eu tenho que alterar o regulamento. -----

----- Nenhum serviço tem este nível de definição, de concretização da atuação diária dos seus técnicos, sob pena de tão regulamentado que está, se tornar inoperacional. -----

----- Se disser, e dar-lhe-ia razão, que nem sempre esta atuação foi efetuada, porque as pessoas têm medo, porque as pessoas têm receio, porque hoje não apetece, porque no outro dia passou e já lá não foram, dou-lhe toda a razão. Tem todo o meu apoio nessa afirmação. Se me disser, como já disse uma pessoa do Tribunal, que não têm de ter medo porque só têm que fazer queixa ao Tribunal, e eu disse-lhe «pois, mas eu tenho uma queixa no Tribunal há um ano e ainda não tenho qualquer resposta e durante este ano as pessoas têm que andar na rua!» Não posso entrar em conflito, mas é a realidade. Se isso justifica alguma atuação menos contínua deste acompanhamento, estamos de acordo. Não deve acontecer. Devemos trabalhar sim, para que as pessoas tenham condições de ir. Não é por não ter no regulamento um artigo específico de fiscalização, que ela deixa de existir. O que eu tenho de ter, volto a repetir, são as normas de conduta positivas e negativas que aquelas pessoas estão obrigadas e, criar condições, e isso não tem de estar no regulamento, para que os funcionários possam acompanhar esse comportamento. -----

----- Portanto, eu não acompanho a questão da fiscalização. Quanto à matriz, aqui referido, eu lembro que, na primeira reunião de câmara que levei a proposta de regulamento, foi dito pelo senhor Vereador do PSD, exatamente a mesma crítica. Expliquei porque é que não estava aqui a matriz e, se seguida, outro vereador pediu a palavra e deu-me razão. -----

---

----- Eu não estou mais certa, esta proposta não é mais certa do que a vossa que estão a dizer! Mas foi esta que foi apresentada. Os critérios são aceitáveis e aí foi aprovado por unanimidade. A seguir, o regulamento esteve em discussão pública. Ninguém se pronunciou. ----- É importante ter um regulamento nesta fase aprovado. Estamos em fase de começar o trabalho de atribuição das habitações que estão em construção e que estão em reabilitação. Quanto mais tempo demorar, quanto mais atrasar o regulamento, pior. Eu considero que este regulamento tem um quadro de conduta bastante mais exigente que o anterior. Se eu o tiver pronto amanhã, eu começo amanhã a aplicá-lo. Se eu o tiver pronto daqui a seis meses, começo daqui a seis meses. Isso agora deixo à consciência dos senhores deputados, quando é que querem começar. -----

----- E não me parece, porque eu concordo com o que diz o senhor Deputado Pedro Gonçalves, que estejamos em tempo de questões, de metodologia, que concordamos mais ou menos, mas que não interferem com a qualidade do documento. Porque é uma questão meramente formal, não estar aqui específico quem é a fiscalização. Porque a Câmara, repito, tem órgãos de fiscalização e serviços que devem acompanhar este trabalho, que não devemos prolongar no tempo, um regulamento antigo, que não tem o quadro de conduta devidamente definido, em detrimento deste que o tem. Aliás, neste regulamento, nesta proposta que está aqui, foram incluídas muitas sugestões que vieram de outros quadrantes políticos. -----

----- E eu volto a dizer, em sede de discussão pública, ninguém se pronunciou, ninguém veio dizer mude aqui, ponha ali. Portanto, não posso acompanhar essa posição. -----

----- Em relação ao desempate, também é um critério! Mas não sei o que diga. Não subscrevo. Poderei estar errada, vocês podem estar mais certos. Agora, vossas excelências irão votar em consciência como entenderem, mas repito, esta proposta de regulamento tem um quadro de conduta positiva e negativa a impor às pessoas que estão nas habitações sociais bastante mais exigente e, quanto mais atrasarem a aplicação deste regulamento, mais estão a contribuir para condutas menos lícitas por falta de enquadramento legal para a atuação do Município. -----

----- Se é isso que pretendem, tudo bem. A decisão é dos senhores. Com certeza que o farão conscientes de que é a melhor. Eu não subscrevo, mas é o que eu posso dizer. -----

----- Atendendo a que mais ninguém manifestou vontade de intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação deste ponto dois. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- O ponto número dois da Ordem de Trabalhos, foi **rejeitado por maioria, com 11 votos contra**, sendo, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos membros Independentes, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular; **dez votos a favor**, sendo 8 votos dos Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e, **uma abstenção** do Partido CHEGA. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**, da Bancada da Coligação Democrática Unitária, para efetuar a seguinte declaração de voto: -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

*«Dizer que, de facto, este tema de habitação é-nos demasiado querido para ser votado nestes termos. -----*

*Solicitamos que este regulamento seja devidamente tratado e trabalhado pelo Executivo Municipal.» -----*

----- O Senhor **Deputado Carlos Monteiro** (independente), enviou por e-mail a declaração de voto que abaixo se transcreve: -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

*«De acordo com a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Entroncamento realizada a 13 de junho de 2025, pelas 20:00 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho no seu Ponto 2 da Ordem de Trabalhos que constou Apreciação e votação da proposta de abertura de -----*

---

*procedimento para alteração do Regulamento das Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado do Município Entroncamento, o meu voto contra. -----*

*A minha decisão de votar contra deve-se ao critério de seleção ser “duvidoso” e a maneira de desempate levantar “muitas suspeitas”. Na minha opinião não é justo.» -----*

----- O Senhor **Deputado Fernando Farinha** (independente), enviou por escrito a declaração de voto que abaixo se transcreve: -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

*«À luz da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Entroncamento realizada no dia 13 de junho de 2025, pelas 20:00 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho. De acordo com o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos que constou Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento para alteração do Regulamento das Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado do Município do Entroncamento, a minha decisão de voto foi contra.*

*Devo tal decisão, por não achar ser oportuno, agora que, estamos em final de mandato e haver incertezas quem será a próxima cor política a conduzir o destino dos Entroncamentenses.» -----*

----- Entrou-se se seguida no ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO TRÊS** -----

**“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCEDIMENTO PARA CONCURSO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2025/2026 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro” -----**

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**: Acerca deste assunto, não temos a menor dúvida que temos de votar esta despesa, porque precisamos de assegurar as refeições destas crianças. -----

----- Mas notamos e gostávamos de ouvir os comentários da Senhora Presidente, que há um tratamento desigual para os mesmos alunos, ou para alunos dentro da mesma cidade. Porque uns têm a sorte de ter refeitório e confeção própria das suas refeições e outros, de facto, têm estas empresas de fora a fazer este fornecimento destas mesmas refeições. -----

----- Gostávamos de poder perceber o que é que se entende como melhor. Isto é, os utilizadores deste serviço são devidamente acompanhados e temos algum *feedback*, algum retorno de como é que estes serviços funcionam? Se é de facto o modelo de contratarmos este serviço de fora, ou se, pelo contrário, devemos de facto fomentar a confeção das refeições dentro dos estabelecimentos. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Pedro Gonçalves**: Só queria realçar e aproveitar também para acompanhar um pouco o que o nosso colega Bruno Melo acabou de dizer. Eu, durante alguns anos, fui presidente de uma associação de pais e, a bom da verdade, comuniquei sempre que me foi informado, da falta de quantidade necessária para uma criança se desenvolver. Eu comuniquei sempre a este Executivo e ao anterior Executivo e sempre o Executivo foi diligente a fazer cumprir o contrato. Porém, e obviamente não indo votar contra, pois isto é algo que tem de ser aprovado, convinha que, em eventos futuros, se possa, ainda mais, acautelar que as quantidades mínimas são entregues às crianças. -----

----- Nós sabemos que, quando nós fazemos um contrato público, o critério é o mais barato. E sabemos que isso faz com que muitas das vezes as empresas, não as empresas a nível da sua cúpula, mas os chefes intermédios, que têm e dar lucros às próprias empresas e muitas das vezes eles dão ordens diretas para que se corte um pouco. E isso é grave. Porque as nossas crianças estão em desenvolvimento, e reitero que o município sempre que eu comuniquei e porque achei que eram demasiado gravosos, comuniquei sempre à Vereadora na altura, hoje a excelentíssima Presidente, sei que todos foram sempre anuídos e foram cumpridos. -----

---

----- Porém, num próximo contrato, e já digo isto a cada contrato que nós fazemos, que se possa acautelar essa fiscalização. Nós temos no Ciclo, na EB2,3, os pais a irem almoçar às escolas. -----

----- Ó Senhor deputado, desculpe, o senhor é professor, deve ter o seu clientelismo, mas do que eu estou a falar, não é de professores. Estou a falar de alunos e do bem-estar. -----

----- Os pais e encarregados de educação dos alunos do segundo ciclo, do terceiro ciclo e do liceu, podem ir almoçar à cantina quando querem, desde que devidamente marcado e sem conhecimento de quem está na cozinha. Nas outras escolas isso não acontece. E não acontecendo, acontece o que eu vi e o que eu relatei, senhor deputado. Se fosse o seu filho que tivesse cinquenta gramas de arroz para comer e uma folha de alface, o senhor hoje iria estar aqui também a reclamar. Porque foi isso que aconteceu. Enquanto eu era presidente da direção da associação de pais de uma escola, eu vi isso. E foi relatado várias vezes. E é isto que nós devemos acautelar. -----

----- Porque o critério principal é o preço. E bem! Temos que tentar ao máximo comprar o mais barato. Mas é preciso acautelar que as crianças tenham as suas necessidades diárias, básicas. Os pais pagam para isso. Se não pagam, deveriam pagar. Porque também temos, e já aprovámos aqui o perdão de algumas dívidas de pais antigas. Mas devia-se fazer cumprir. Agora, é preciso acautelar, nos próximos concursos, que exista uma maneira dos pais, dos professores, de toda a gente poder fiscalizar. Porque os professores, infelizmente, àquela hora não estão no refeitório. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **Deputada Céu Carvalho**: Muito boa noite a todos. Obrigada por este momento. -----

----- Eu trabalho na escola. Os professores, efetivamente, vão ao refeitório especialmente quando até acompanham crianças com necessidades. E sabe o que é que me preocupa, senhor deputado Pedro Gonçalves, é o que se estraga. Não me preocupa quando uma criança precisa de mais e vai lá novamente com o prato e é-lhe dado mais. E se precisar de três vezes repetir, nunca vi ser-lhe negado. E tenho meninos que repetem. Mas vejo tantos estragar... e vejo tanta gente ali a tentar fazer educação para a comida, como deve de ser e que não se consegue. E isso sim, deveria haver forma de fazer com que os pais dessem alguma educação aos seus filhos a esse nível. A comida é algo sagrado. -----

----- A mim, o que me doi, é exatamente tudo o que se estraga lá. Agora, falta, nunca vi. Só se for alguma coisa muito espontânea de alguma necessidade alimentar de momento. E já vi crianças a repetirem várias vezes. E eu trabalho numa escola, há muitos anos na mesma e nunca vi. -----

----- Se me disser que às vezes pode acontecer, o sabor, que eles não estão tão habituados e que reclamam e que nós passamos a vida a tentar convencê-los; e porque não querem as verduras na sopa e que há gente a coar as verduras para eles comerem o resto. O que eu vejo na escola é uma educação, que muitas vezes as nossas crianças, infelizmente, não trazem de casa, para saberem que nos temos de adaptar e, se é equilibrado, e se é boa, e se é sopa, e se é o segundo, e é equilibrado entre o peixe e a carne. É claro que não temos lá leitão, nem temos lá bifés diariamente, nem sequer temos, por exemplo, batatas fritas. Que por acaso, esta semana até fui à EB2,3 com um menino, porque vai fazer a passagem para aquele ciclo e, por acaso, até comemos batatas fritas, que ele ficou muito contente e feliz e eu também, porque a escola, de vez em quando, poderá fazer todas essas coisas. -----

----- Portanto, eu acho é que muita gente também se queixa de “barriga cheia” e depois não aproveitam aquilo que devem aproveitar. Porque se vê muita estragação nos refeitórios e muita comida deitada fora. E isso é que me comove. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Nuno Horta**: Este é um tema ao qual nós somos sensíveis, naturalmente, e vamos votar favoravelmente. Mas vamos acompanhar as palavras que o deputado Bruno Melo disse. -----

---

----- Ninguém mais querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para que esta pudesse esclarecer a questão aqui colocada. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara:** Eu concordo com tudo o que foi dito aqui. Mas é preciso arrumar a informação de outra maneira. -----

----- Um concurso por mais baixo preço, não é forçosamente um mau concurso, a menos que leve uma má adjudicação e uma má proposta. Se eu me limitar a fazer um concurso em que digo: “sirvam-se refeições que tenham sopa, segundo, carne, peixe e fruta” sem mais nada e adjudico pelo mais baixo preço, aí tenho um mau concurso, vou ter uma má proposta e vou ter um mau serviço. -----

----- Mas se no caderno de encargos for definido um conjunto de parâmetros que limitam e definam aquilo que é servido, aquilo que deve compor a refeição, então, eu tendo definido um conjunto de parâmetros que diz a quantidade, a qualidade, se é da época, o tipo de carne, o tipo de acompanhamento, a variedade que deve ser respeitada ao longo das semanas, e estes parâmetros são definidos por pessoas entendidas nesta matéria (que não sou eu), a partir daí, eu posso dizer que tenho um conjunto de aspetos que não submeto à concorrência, que todos os concorrentes têm que respeitar e limito a escolha pelo preço. E como tal, isto leva-me a um procedimento que terá de ter qualidade. Mas isto é o fornecimento de um serviço que não se esgota numa prestação. E aquilo que os senhores estão a dizer, é a avaliação do serviço pós adjudicação. -----

----- O que é que acontece? Eu posso ter uma proposta de fornecimento fantástica, as empresas que concorrem são peritos nesta matéria, fazem tratados lindíssimos, propostas lindíssimas, apelativas, com um discurso fabuloso mas que, no dia-à-dia, quando nós temos de ir acompanhando, onde eles dizem que cumprem todos os critérios que são submetidos à concorrência e apresentam o seu preço, mas o que acontece é que, se no dia-à-dia, e quando digo dia-à-dia, é rigorosamente dia-à-dia, não acompanhar a refeição que é posta à disposição do aluno, então, eu não estou a garantir o cumprimento daquela proposta, que eu contratei e que o fornecedor me disse que fornecia. E por isso mesmo, nós temos (e os senhores podem ir ver) no acordo quadro na central de compras da CIMT, que é por aí que nós temos feito estes concursos, onde estão o acordo quadro que definiu a escolha de dois ou três fornecedores e tem um conjunto, não só destes parâmetros não submetidos à concorrência, mas tem um conjunto de normas exaustivas de fiscalização e acompanhamento da prestação. -----

----- E senhor deputado Bruno Melo, eu tenho relatórios diários, do tamanho de uma página A4, em letra pequena, onde os adultos que estão a acompanhar as crianças no refeitório, vão registando se cada um daqueles parâmetros está a ser cumprido. Não estando, significa que a refeição não correspondeu àquilo que nós comprámos. E eu já dei várias vezes ordem de, na fatura, ser descontado aquele valor e pedido a nota de crédito ao fornecedor e não pagar a fatura enquanto não tenho a nota de crédito. E com isto, o fornecedor que vamos ter este ano, que já foi selecionado, será o mesmo que foi o ano passado. -----

----- E posso dizer que o ano passado foi um trabalho picuinhas, diário. Não só junto do prestador, mas também dos próprios profissionais. Porque quando estão lá a pôr a cruzinha de “cumpre”, perceberam que, se não forem rigorosos, leva àquilo que disse o senhor deputado Pedro Gonçalves: uma folha de alface morta, três bagos de arroz, ou então um bocado de peixe seco que ninguém conseguia comer. Isto aconteceu, mas como fazemos este acompanhamento diário, e nos mandaram até fotografias, nós conseguimos demonstrar ao prestador que, ou ele mudava, ou não ia ter pagamento e eu ia rescindir o contrato. -----

----- Portanto, aquilo que eu vos posso dizer, é que de facto, e podem comprovar na Central de Compras da CIMT o Caderno de Encargos (se por algum motivo não estiverem, posso mandar), onde estão os relatórios de acompanhamento diário, semanal, trimestral, semestrais. Onde está também o acompanhamento feito por nutricionistas do prestador (que é obrigado a ter nutricionistas que preparam as ementas para que tenham o devido equilíbrio adequado às crianças em crescimento). -----

---

----- Temos um contrato com uma nutricionista que faz também o acompanhamento e valida as ementas. Faz o mesmo trabalho nas escolas de gestão direta. Acompanha se os nossos funcionários estão com as luvas corretas, se têm os sapatos corretos, se guardam no frigorífico de forma correta, tal como acompanha o serviço das empresas. E o Agrupamento tem ainda uma empresa que faz o acompanhamento para a fiscalização do controlo de qualidade, o chamado HACCP, de forma que nada falhe na refeição. -----

----- O que eu vos posso dizer, é que o ano passado, com esta empresa que entrou de novo, tivemos uma fase complicada, teve cortes no pagamento, ameaças de rescisão do contrato e, desde essa altura, eu não tenho reclamações dos pais. Não tenho reclamações das associações de pais. Houve uma altura, inclusive, e o senhor deputado Pedro Gonçalves acompanhou nessa fase, dos representantes das associações de pais poderem, esporadicamente e aleatoriamente, ir comer ao refeitório para perceberem (no caso foi na Ruy d'Andrade há dois ou três anos, se não estou em erro e também na Secundária) a gestão da fila, o tipo de refeição, se as crianças não comiam e foi proveitoso. Neste momento não temos registo dessa necessidade. -----

----- O estragar a refeição, concordo consigo, mas a escola não está cá para educar os pais. E se os pais não educam as crianças devidamente em casa, obviamente que na escola acontecem estas coisas. O que é lamentável. -----

----- Espero ter esclarecido. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou de seguida este ponto da Ordem de Trabalhos à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS:** -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos membros Independentes, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO QUATRO** -----

**“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PROCEDIMENTO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PESADA DE MERCADORIAS COM CAIXA BASCULANTE E GRUA, POR PERÍODO DE 60 MESES, de acordo com o disposto na al.ª f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”** -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou vontade de intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto quatro à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO:** -----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos membros Independentes, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Entrou-se de seguida no ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO CINCO** -----

**“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPSTA DE REGULAMENTO DA ESCOLA DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA, de acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”** -----

---

----- Não havendo pedidos de intervenção para este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO:** -----

----- O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos membros Independentes, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Entrou-se de imediato no ponto seis da ordem de trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO SEIS** -----

**“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA REVISÃO DO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO**, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção para este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS:** -----

----- O ponto número seis da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos membros Independentes, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

**PONTO NÚMERO SETE** -----

**“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO**, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção para este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE:** -----

----- O ponto número sete da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos membros Independentes, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

**PONTO NÚMERO OITO** -----

**“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FAZER FACE À EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO/CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN**, ao abrigo do disposto na alínea f), do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** introduziu o ponto, referindo tratar-se de: -----

----- “Empréstimo a Médio e Longo Prazo para Investimento”, até ao montante de 3.987.400,00; -----

- Autorizar a contratação do financiamento nos termos do n.º 5 do artigo 49.º do RFALEI; ----

- Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes à execução dos investimentos em causa nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6 da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro; ----

---

- Conceder a autorização prévia para o desenvolvimento dos projetos associados ao financiamento, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro. -----

----- A Câmara Municipal aprovou este assunto, nas reuniões de 14 de maio e 03 de junho de 2025. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção para este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO:** -----

----- O ponto número oito da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria, com treze votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, um voto do membro Independente Fernando Farinha, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima; **oito votos contra**, sendo sete votos do Partido Social Democrata e um voto do membro Independente, Carlos Monteiro e, **uma abstenção** do Centro Democrático Social-Partido Popular. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**, da Bancada da Coligação Democrática Unitária, para efetuar a seguinte declaração de voto: -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

*«Votámos favoravelmente esta realização de despesa, como votaremos todas as medidas que possam promover, devolver esta escola à cidade. Uma escola, um equipamento que está fechado, passou este último mandato fechado. Precisa de uma solução urgente. ----- Portanto, é nesse sentido que damos o nosso voto favorável.» -----*

----- Pediu a palavra a Senhora **Deputado Susana Cruz**, da Bancada do Partido Social Democrata, para efetuar a seguinte declaração de voto: -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

*«Relativamente ao ponto oito, à apreciação e votação da proposta de contratação de um empréstimo bancário de médio/longo prazo, para a empreitada de requalificação, construção da Escola Básica Sophia de Mello Breyner, a bancada do PSD apresenta a seguinte declaração de voto: -----*

*Considerando que no final de 2024 a dívida da Câmara Municipal do Entroncamento situava-se em cerca de 8 milhões de euros. Empréstimos adicionais colocaram a dívida na ordem dos 10.859,000€, surge agora a contratação de mais um empréstimo, de médio/longo prazo, de 3.987.400€, para a demolição e reconstrução do Jardim de Infância e Escola Básica Sophia de Mello Breyner. -----*

*Considerando que este empréstimo vai elevar a dívida para um valor de 14.759.000€, em comparação a dívida de 2013, quando o Partido Socialista assumiu a presidência do município, era cerca de 13,6 milhões de euros. Agora, com este empréstimo, o valor será superior em cerca de um milhão cento e sessenta mil euros. -----*

*De acordo com estes considerandos, a contratação do presente empréstimo irá causar constrangimentos ao necessário equilíbrio financeiro e orçamental que as contas certas desta Câmara Municipal exigem. -----*

*No passado, a dívida da Câmara Municipal do Entroncamento foi tema de arremesso político. Não se percebe como é que neste momento, aqueles que anteriormente tanto criticaram a contratação da dívida, são agora os mesmos que propõem aumentar ainda mais o respetivo valor dessa mesma dívida. -----*

*Por outro lado, a caótica situação que os executivos de maioria do Partido Socialista conduziram o nosso sistema de educação e ensino, durante os últimos três mandatos, leva-*

---

*nos a ponderar, em nome do superior interesse de toda a comunidade educativa, encontrar soluções de financiamento que minimizem os encargos a assumir. -----*

*----- Face ao exposto e esperando que sejam feitas as diligências para encontrar formas de participação que minimizem a contratação de dívida por parte do município, esta Bancada do PSD votará contra.» -----*

*----- O Senhor **Deputado Carlos Monteiro**, enviou por e-mail a declaração de voto que abaixo se transcreve: -----*

**DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

*«De acordo com a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Entroncamento realizada a 13 de junho de 2025, pelas 20:00 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho no seu Ponto 8 da Ordem de Trabalhos que constou Apreciação e votação da proposta de contratação de um empréstimo bancário de médio/longo prazo para fazer face á empreitada de requalificação/construção da Escola Básica Sophia de Mello Breyner Andersen, o meu voto foi contra. -----*

*A minha decisão de votar contra deve-se aumento da dívida do Município após este empréstimo, passando a ser mais elevada do que antes dos mandatos do Executivo PS.» -----*

*----- Voltou ao uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: -----*

*----- Mais uma vez, agradeço a presença de todos os senhores deputados, senhores vereadores, público, técnicos do Município. -----*

*----- Desejar a todos um bom fim-se-semana, umas boas festas de São João e, em princípio, até setembro. -----*

*----- Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram 21 horas e 20 minutos. -----*

*----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----*

*----- A presente ata, depois de lida e visada pelo/a Primeiro/a Secretário/a, vai por ele/a assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----*

- O Presidente da Assembleia:

\_\_\_\_\_

- A 1.ª Secretária:

\_\_\_\_\_

- A 2.ª Secretária:

\_\_\_\_\_

Elaborada por  
Ana Paula Rosão – Assistente Técnica